

PARTICIPANTES DA LIBERTAS RECORREM À PREVIC CONTRA O FIM DO DIRETOR ELEITO

Participe do “abaixo-assinado” para defendermos nosso patrimônio e nossos direitos

O autoritarismo das empresas patrocinadoras sob orientação do governo Zema encaminhou mudanças no Estatuto da Fundação Libertas, entre as quais acabar com o direito dos participantes de elegerem diretamente um diretor da instituição.

Todas as entidades representativas dos trabalhadores e participantes da Libertas não aceitamos este retrocesso, que só podemos entender como uma forma de impedir a transparência administrativa da Fundação.

A eleição de um diretor pelos participantes da Libertas foi uma conquista de muitos anos de lutas dos trabalhadores em todas as empresas patrocinadoras, sendo um ponto de discussão do SINDÁGUA de mais de uma década nas negociações coletivas com a Copasa.

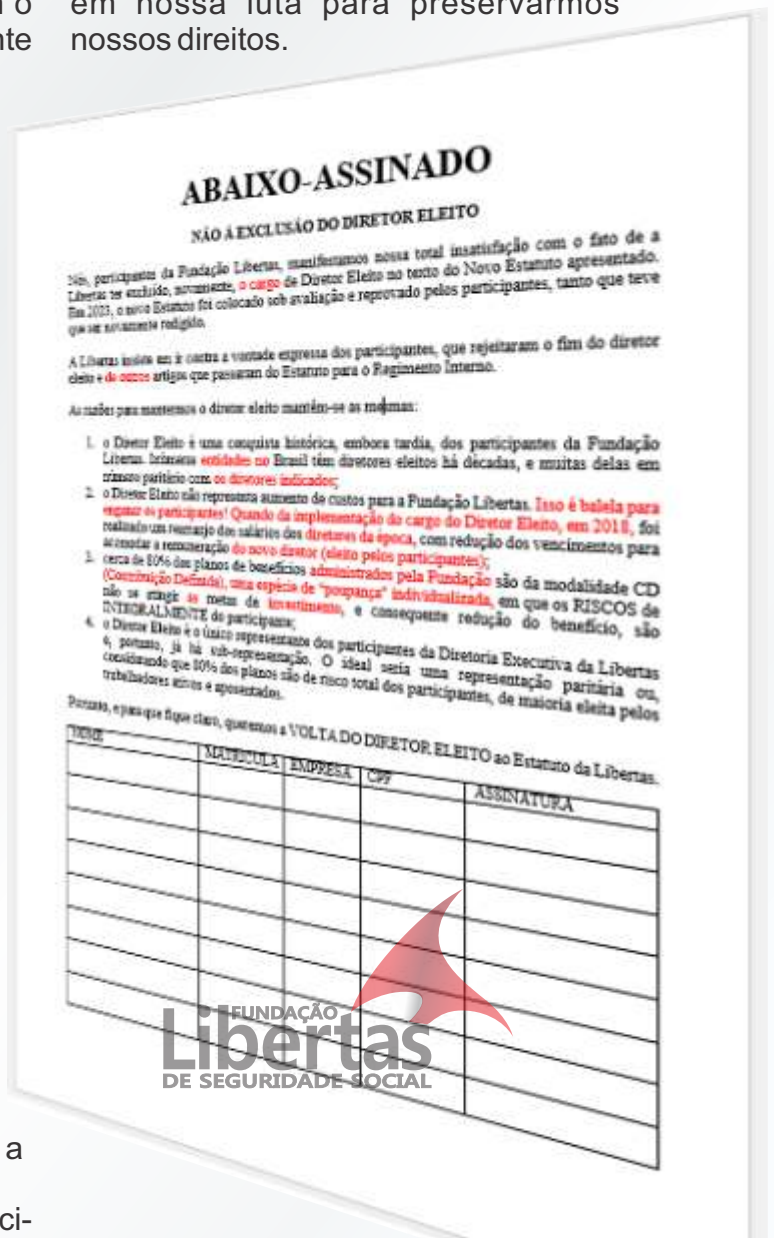
A mudança no Estatuto da Libertas acontece sem a participação efetiva dos principais interessados na instituição, os trabalhadores que contribuem durante toda a sua vida laboral para garantir a complementação previdenciária.

O “novo” Estatuto foi aprovado no final de 2023 com o voto contrário dos conselheiros eleitos pelos participantes da Libertas. Diante da grande manifestação de descontentamento dos participantes, o texto retornou para ser refeito. Mas novamente foi aprovado com voto contrário dos representantes eleitos no Conselho Deliberativo.

Os representantes dos participantes da Libertas recorrerão à Previc contra a mudança estatutária patrocinada de cima para baixo. Não podemos aceitar que administrem nosso patrimônio sem nossa participação e sem a transparência necessária.

Convidamos todos os trabalhadores partici-

pantes da Libertas a assinarem o “abaixo-assinado” que circularemos em todas as bases e que será encaminhado junto do processo à Previc, em nossa luta para preservarmos nossos direitos.



ABAIXO-ASSINADO
NÃO À EXCLUSÃO DO DIRETOR ELEITO

Nós, participantes da Fundação Libertas, manifestamos nossa total insatisfação com o fato de a Libertas ter excluído, novamente, o cargo de Diretor Eleito no texto do Novo Estatuto apresentado. Em 2023, o novo Estatuto foi colocado sob avaliação e reprovado pelos participantes, tanto que teve que ser novamente redigido.

A Libertas insiste em ir contra a vontade expressa dos participantes, que rejeitaram o fim do diretor eleito e de outros artigos que passavam do Estatuto para o Regimento Interno.

As razões para mantermos o diretor eleito mantêm-se as mesmas:

- o Diretor Eleito é uma conquista histórica, embora tardia, dos participantes da Fundação Libertas. Iniciamos entidades no Brasil têm diretores eleitos há décadas, e muitas delas em transição pacífica com os diretores indicados;
- o Diretor Eleito não representa aumento de custos para a Fundação Libertas. Isso é baleia para enganar os participantes! Quando da implementação do cargo do Diretor Eleito, em 2011, foi realizado um reajuste dos salários dos diretores da época, com redução dos vencimentos para a remuneração do novo diretor (eleito pelos participantes);
- cerca de 60% dos planos de benefícios administrados pela Fundação são da modalidade CD (Contribuição Definida), uma espécie de “poupança” individualizada, em que os RISCOS de INTEGRALMENTE de participação;
- o Diretor Eleito é o único representante dos participantes da Diretoria Executiva da Libertas e, portanto, já há sub-representação. O ideal seria uma representação paritária ou, considerando que 60% dos planos são de risco total dos participantes, de maioria eleita pelos trabalhadores ativos e aposentados.

Por isso, espere que fique claro, queremos a VOLTA DO DIRETOR ELEITO ao Estatuto da Libertas.

NOME	MADEIRA	EMPRESA	CPF	ASSINATURA

FUNDAÇÃO Libertas DE SEGURIDADE SOCIAL